

Da anestesia sem operação à operação sem anestesia

O profundo desapontamento causado pelo fracasso do utópico Plano Cruzado e da sua sequência, o Plano Bresser, ainda está bem vivo na memória de todos os brasileiros, que simplesmente estão fartos de "soluções" mágicas para essa terrível inflação próxima dos 20% ao mês. Daí as reações de espanto e preocupação aos rumores sobre a intenção do governo de tentar um novo choque contra o processo inflacionário, desta vez inspirado pelo "Pacto de Solidariedade" mexicano e pela bem-sucedida experiência israelense de controle da inflação.

Naturalmente, boa parte dessas reações negativas à notícia de que se prepara mais um choque se deve à inevitável comparação com o que aconteceu na fase do Plano Cruzado, quando os "economistas" do PMDB tentaram vencer a inflação por decreto, sem atacar a sua causa básica: o monumental déficit público. Naquela ocasião, usando uma figura de metáfora extremamente feliz, o ex-ministro da Fazenda e do Planejamento Mário Henrique Simonsen dizia que os economistas do governo haviam anestesiado o paciente, mas esqueceram de fazer a operação. Pois não foi outra coisa, já que nada, absolutamente nada, se fez para eliminar o desequilíbrio financeiro do setor público, foco permanente de pressões inflacionárias, contra o qual o ministro Mailson da Nóbrega luta até hoje.

Se dentro de mais algum tempo houvesse um novo choque, a situação seria completamente diferente da vivida nos dias do Plano Cruzado, pois o ministro da Fazenda está executando um programa econômico ortodoxo para cortar o déficit para 4% do PIB, neste ano, e 2% do PIB em 1989. Ou seja, o processo é exatamente o oposto do que foi adotado pelo sr. Dilson Funaro. O déficit está sendo atacado antes do choque contra a inflação, que poderá até ser necessário dentro de mais algum tempo para quebrar o ritmo do processo. Mas desde já é preciso deixar claro que uma tentativa desse tipo somente teria êxito se as medidas ortodoxas nas áreas da política fiscal e da política monetária já estivessem produzindo os primeiros resultados e a inflação começando a cair, em virtude da queda da demanda e da reversão de expectativas dos diferentes agentes econômicos.

No momento, o processo inflacionário apresenta uma rigidez para baixo, em virtude da existência de um mecanismo automático de indexação dos salários pela URP, que funciona, segundo alguns economistas, como uma espécie de limite inferior da alta dos preços. A URP para o trimestre junho-agosto será de 17,68%, impedindo que a inflação fique abaixo desse índice. É justamente para contornar esse problema que os estrategistas políticos do Planalto, fortalecidos pela realização de eleições municipais em novembro, pretendiam reavivar a idéia do pacto social, influenciados pelo pacto que vigora no México desde 15 de dezembro do ano passado.

Trata-se de um acordo entre governo, sindicatos de trabalhadores e associações empresariais concebido para deter a inflação. Ao governo, como informa a jornalista Ivany Vassoler, nossa correspondente na Cidade do México, coube reduzir o gasto público, diminuir os subsídios e privatizar as estatais ineficientes; à indústria e comércio, a manutenção de preços estáveis; e aos trabalhadores, a aceitação dos aumentos salariais decretados, sem reivindicar reajustes extras. Simultaneamente houve neste início de ano uma abertura comercial para permitir a importação de vários produtos com o intuito de baixar a inflação, que caiu de 15,6% ao mês, em janeiro, para 5,1% em março e 1,9% em maio (esta é a inflação mais baixa nos últimos seis anos).

É óbvio que neste curto intervalo de cinco meses o Pacto de Solidariedade tem sido um sucesso, mas o México está em pleno ano eleitoral e há um congelamento dos produtos básicos consumidos pela população (tortilla, leite, ovos, gasolina, energia elétrica, água e transporte coletivo), sem falar na previsão de uma queda de 2% no PIB este ano, segundo previsões de entidades empresariais.

A experiência mais famosa, pela energia com que o governo se lançou aos cortes nos gastos públicos, é a de Israel (nove mil funcionários públicos foram demitidos). Os produtos alimentícios foram congelados em 1º de julho de 1985, quando se previa uma inflação anual de 1.000%. No mesmo ano, esse índice caiu para 112,9%, baixando para 19,7%, em 1986, até chegar aos 15% ao ano em 1987. Acontece que Israel não serve de termo de comparação para países como o Brasil e a Argentina, os dois grandes insucessos em matéria de luta contra a inflação por caminhos heterodoxos. É um país "artificial", com população pequena e de elevado nível educacional.

Embora esses exemplos possam ser úteis na formulação de uma estratégia antiinflacionária no Brasil, a verdade é que, por enquanto, não há alternativa para o caminho adotado pelo ministro Mailson da Nóbrega. Se o déficit público cair conforme foi prometido ao FMI, não há a menor dúvida de que a inflação começará a ceder, como aliás já está cedendo nas guerras de preços entre os supermercados e nas ofertas de eletrodomésticos pelo comércio varejista, que começa a abandonar a prática de trabalhar com uma tabela 20% acima do preço real dos bens. Mas, se mesmo assim houver necessidade de um choque, temos certeza de que ele será um choque ortodoxo, isto é, sustentado por uma política econômica austera. Desta vez começaram por operar o paciente sem anestesia.